

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.208, DE 2003

Proíbe a destinação de recursos públicos para atividades confessionais.

Autor: Deputado Feu Rosa

Relator: Deputado JUTAHY JUNIOR

I – RELATÓRIO

A presente proposição proíbe a destinação de recursos públicos para atividades confessionais. Ressalvam-se da proibição as ações de ensino e assistência social. O §3º do art. 2º do Projeto dispõe que, na hipótese de destinação de recursos, empréstimos ou cessão de bens ou serviços públicos para as ações de caráter confessional promovidas por qualquer culto, o poder concedente fica obrigado a oferecer o mesmo tratamento aos demais cultos.

A Comissão de Finanças e Tributação concluiu pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.208, de 2003. Esse Colegiado se pronunciou, no mérito, pela aprovação do Projeto, com emenda, que suprime o §3º do art. 2º do Projeto, nos termos do parecer do relator, o ilustre Deputado Jovino Cândido.

Chega em seguida a matéria a essa Comissão, onde se lança o presente parecer.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este Colegiado examinar os projetos, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante a alínea **a** do inciso IV do art. 32 da Constituição Federal.

O Projeto é constitucional, salvo o §3º do art. 2º, que é inconstitucional por atropelar o princípio de separação do Estado da vida religiosa, inscrito no art. 19 da Constituição Federal.

A emenda supressiva ao §3º do art. 2º do Projeto, que foi apresentada pela Comissão de Finanças e Tributação, sana esse vício.

Ante o exposto, este Relator vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.208, de 2003, desde que acolhida também a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da emenda da Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em 08 de julho de 2004.

Deputado JUTAHY JUNIOR
Relator